

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º - O Código Disciplinar Esportivo da APCEF/MA, aqui denominado CDE, é um conjunto de regras estabelecidas pela Diretoria Executiva que tem como objetivo regulamentar e disciplinar todas as atividades internas esportivas e de lazer promovidas pela APCEF/MA.

Art. 2º - Os participantes, definidos no RGC, inscritos em qualquer competição são obrigados a respeitar as decisões deste código e demais regulamentos, comparecendo as convocações e aos compromissos assumidos, nos horários e locais determinados.

Art. 3º - Constituem infrações os atos praticados por participantes e demais pessoas físicas envolvidas com as atividades esportivas desta Associação, atentatórios à moralidade, disciplina e ao patrimônio da APCEF/MA.

Art. 4º - As infrações praticadas por participantes, em atividades não oficiais, tais como treinos, amistosos, peladas, etc. serão julgadas pelo Regimento Interno, no que tange principalmente as Secções VIII e IX.

Art. 5º - A apuração das infrações de que trata os artigos anteriores, quando as competições ocorrerem em âmbito interno dar-se-á através de:

- a - Relatório do árbitro (súmula);
- b - Relatório do mesário;
- c - Relatório do representante da APCEF/MA;
- d - Relatório apresentado por membros da Comissão de Competição e/ou da Comissão do Conselho de Administração;
- e - Relatório de ocorrência elaborado por pessoa devidamente credenciada formalmente pelo Diretor de Esportes e com poderes especificados para tal fim.

Art. 6º - Para os efeitos do disposto nos artigos deste Código e árbitro, seus auxiliares e mesários são considerados em função, desde a sua chegada até a saída do Clube.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO DE JULGAMENTO

Art. 7º - Ao conjunto constituído pelo Diretor de Esportes, no mínimo 02 (dois) membros da Diretoria Executiva e 02 (dois) membros da Comissão de Representante (CRE), é dado o nome de Comissão de Julgamento (CJ), a qual deverá reunir-se, ordinariamente, para julgamento dos participantes infratores, semanalmente.

Parágrafo Primeiro - A CJ poderá reunir-se, extraordinariamente, quando convocada e comprovada a necessidade da antecipação do julgamento.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Segundo - Na ausência de qualquer membro da Diretoria Executiva, o Diretor de Esportes poderá convocar para julgamento 01 (um) membros da Comissão de Competição para compor a CJ.

Parágrafo Terceiro - Cabe ao Diretor de Esportes convocar reuniões extraordinárias dessa comissão, em qualquer época, assim como, adiar o julgamento caso não haja quórum e não seja composta de acordo com o artigo supracitado.

Parágrafo Quarto - Cada componente da Comissão de Julgamento reunidos para julgamento de participantes, equipes e demais pessoas em 1ª Instância terá o nome de membro.

Parágrafo Quinto - A Presidência da Comissão de Julgamento caberá, prioritariamente, ao Diretor de Esportes, podendo este fazer delegação de poderes, através de ato formal, do qual constem as condições outorgadas, a qualquer um dos membros, sempre que, por motivo de ausência, impedimento ou licença ficar impossibilitado de presidir as reuniões.

Parágrafo Sexto - A comissão será considerada constituída e em condições de deliberar sempre que reunir, pelo menos, 01 (um) membro e o seu presidente nato ou delegado.

Parágrafo Sétimo - Os membros do CRE serão convocados conforme banco de dados, constituído por representantes que tenham interesse em participar da CJ.

I - Os representantes não poderão atuar em processos da categoria a qual pertença ou que se evidencie benefício próprio ou de terceiros.

Art. 8º - Compete a Comissão de Julgamento:

- a - Julgar, em primeira instância, os participantes, demais associados ou equipes que tenham infringido o regulamento, normas e instruções relacionados aos campeonatos da APCEF/MA.
- b- Submeter à Comissão do Conselho de Administração proposta de alterações do Código Disciplinar Esportivo.
- c - Elaborar as pautas de julgamento e convocar as partes envolvidas;
- d - Aplicar as determinações do CDE;

Art. 9º - Compete ao Diretor de Esportes e Presidente da Comissão de Julgamento;

- a - Designar um dos membros para servir de secretário e outro para servir de relator nas reuniões que se realizarem, ao relator caberá o direito de dar o primeiro voto do processo em julgamento;
- b - Subscrever todos os atos emanados da Comissão, conjuntamente com mais 01 (um) membro;
- c - Exercer o direito de voto ordinário e/ou voto de qualidade este em caso de empate nas decisões da Comissão.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

CAPÍTULO III DA COMISSÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO JULGAMENTO EM 2ª INSTÂNCIA

Art. 10º - O Conselho de Julgamento em 2ª Instância será constituído por 03 (três) ou mais membros da Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, todos eles, de livre escolha do Presidente do Conselho de Administração, inclusive, e deverá reunir-se ordinariamente, mensalmente, e, extraordinariamente quando houver necessidade.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Julgamento em 2ª Instância poderão ser substituídos, excluídos ou alterados a qualquer momento, por motivo de ausências ou outros impedimentos legais.

Parágrafo Segundo - A presidência do Conselho de Julgamento em 2ª Instância caberá ao Presidente do Conselho de Administração, podendo este fazer delegação de poderes, através de ato formal, do qual constem as condições outorgadas, a qualquer um dos membros, sempre que, por motivo de ausência, impedimento ou licença ficar impossibilitado de presidir as reuniões.

Parágrafo Terceiro - O Conselho será considerado constituído e em condições de deliberar sempre que reunir pelo menos 03 (três) membros, inclusive o Presidente.

Parágrafo Quarto - Cabe ao Presidente convocar reuniões extraordinárias desse conselho, em qualquer época, assim como, adiar o julgamento caso não haja quórum e não seja composta de acordo com o artigo supracitado.

Art. 11 - Compete ao Conselho de Julgamento em 2ª Instância:

a - Proceder ao julgamento dos participantes e demais associados, em segunda e última instância, que tenham infringido regulamentos, normas e instruções emanadas da APCEF/MA.

b - Julgar os recursos impetrados por equipes, em segunda e última instância que se achem prejudicados pelo não cumprimento das regras constantes dos regulamentos que norteiam as competições, quando de julgamento desfavorável em primeira instância.

Art. 12 - Compete ao Presidente do Conselho de Julgamento em 2ª Instância:

a - Presidir as reuniões;

b - Designar um dos membros para a função de secretário e outro para a função de relator;

c - Subscrever todos os atos decisórios do Conselho;

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

CAPÍTULO IV DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS

Art. 13 - Citação é o ato pelo qual o participante, ou equipe é convocada para perante as comissões de Julgamento, defender-se das acusações que lhe são imputadas.

Art. 14 - Intimação é o ato processual pelo qual se dá ciência ao participante, ou ao Representante da equipe dos termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.

Art. 15 - A citação ou intimação para fins deste Código far-se-á através de um dos itens abaixo:

- a - Correio Eletrônico aos Representante das Equipes, com aviso de recebimento eletrônico;
- b - Internet - site da APCEF/MA quando se tratar de convocação para julgamento em 1ª Instância;
- c - Quadro de aviso da APCEF/MA se for necessário;
- d - Por escrito, com recibo dos acusados ou representantes das equipes;
- e - Se necessário, através de correspondência pela ECT com aviso AR.

Art. 16 - Feita a citação, por qualquer das formas estabelecidas, o processo terá seguimento normal em todos os seus termos, independente do comparecimento do citado.

Art. 17 - Admite-se a intervenção dos Representantes de Equipes dos campeonatos oficiais da APCEF/MA, para receber citações e intimações sobre atos de seus participantes, bem como representá-los durante os julgamentos em 1ª e 2ª Instância.

CAPÍTULO V DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 18 - Nas sessões de instrução e julgamento será observada a pauta previamente elaborada pela coordenação de esportes, de acordo com a ordem numérica dos processos.

Parágrafo Único - Terá preferência os processos especiais e os pedidos de preferência das partes que estiverem presentes no julgamento.

Art. 19 - No dia e hora designados, havendo quórum, o Presidente da Comissão declarará aberta a sessão do julgamento, poderá ser lavrada ata na qual deverá constar apenas o essencial.

Art. 20 - Em cada processo, antes de passar a palavra ao relator, o Presidente indagará as partes se tem provas a produzir, as quais poderão ser produzidas durante o julgamento na seguinte ordem:

- a - Documental;
- b - Depoimento pessoal;
- c - Testemunhal;
- d - Outras pertinentes.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Primeiro - Caso queira fazer prova testemunhal, é permitido a cada parte apresentar no máximo 02 (duas) testemunhas, juntamente com a defesa, as quais são proibidas de fazer depoimento por escrito ou fazer apreciações pessoais sobre os fatos testemunhados. A decisão sobre a necessidade e/ou pertinência da oitiva destas é única e exclusiva da comissão de julgamento.

Art. 21 – A defesa deverá ser elaborada com fundamento neste código, nos relatórios dispostos no Art. 5º e será encaminhada à comissão julgadora, através da coordenação de esporte, mediante protocolo, e deverá ser apresentada em folha digitada, de forma concisa e clara, em duas vias de igual teor, em prazo improrrogável de até 48 (quarenta e oito) horas contada a partir do momento da recepção da notificação do fato causador da defesa.

Art. 22 – No caso das comissões de julgamento optarem por ouvir a testemunha, esta designará dia e hora, comunicando o recorrente com antecedência mínima de 24h (vinte e quatro).

Art. 23 – A intimação e o comparecimento da(s) testemunha(s) serão de única e inteira responsabilidade do participante e/ou equipe.

Art. 24 – O não comparecimento da testemunha não ensejará o adiamento ou cancelamento do julgamento.

Art. 25 – A testemunha assumirá o compromisso de bem servir ao desporto, de dizer a verdade sobre o que souber e lhe for perguntado, devendo qualificar-se e declarar se tem parentesco ou amizade com as partes, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade por falta grave, prevista neste regulamento ou, se for o caso, as penalidades previstas no Estatuto da APCEF/MA.

Art. 26 – As testemunhas serão ouvidas uma a uma, separadamente, evitando que elas ouçam o depoimento das demais testemunhas, e a valoração de seus depoimentos é exclusiva da comissão disciplinar.

Art. 27 – Além da prova testemunhal, é facultado aos participantes e/ou equipe usar de todos os outros meios de prova em direito permitido, desde que todo o custo corra às suas expensas e que esta seja apresentada juntamente com a defesa, conforme preceitua o artigo décimo quinto deste regulamento.

Art. 28 - Concluída a fase de instrução, com a produção de provas será dado o prazo de 10 (dez) minutos, sucessivamente, a cada uma das partes, para sustentação oral.

Parágrafo Único - Em casos especiais, poderão ser prorrogados os prazos previstos neste artigo, a critério do Presidente da Comissão.

Art. 29 - Encerrados as discussões, o Presidente da Comissão indagará aos membros/diretores participantes se desejam algum esclarecimento ou diligência e, não havendo, manter o julgamento.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Único – Caso as diligências propostas por qualquer membros/diretores participantes sejam deferidas pela comissão de julgamento, quando não puderem ser cumpridas desde logo, adiarão o julgamento para a sessão seguinte.

Art. 30 - Deverá afastar-se do julgamento o membro da comissão que seja parente do participante julgado ou que possa vir a ser beneficiado, direto ou indiretamente, com o seu resultado.

Art. 31 - O membro da comissão, na oportunidade de proferir o seu voto, poderá pedir vista do processo, esse pedido, porém não impedirá que o processo seja julgado na mesma sessão, após o tempo concedido pelo presidente para a vista.

Art. 32 - Proclamado o resultado do julgamento, a decisão produzirá efeitos a partir da publicação.

Art. 33 - Havendo julgamento, ao seu término, independente do disposto no Artigo anterior, deverá a sentença prolatada ser publicada de conformidade com o disposto no Artigo 15.

CAPÍTULO VI DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 34 - O Presidente da Comissão de Julgamento receberá, de ofício, os documentos constantes do Art. 5º, ao término do evento que originou a infração.

Parágrafo Único - De posse desses documentos, o Presidente convocará Comissão de ofício, para que em sessão ordinária, proceda ao julgamento de participantes e/ou equipes infratoras.

Art. 35 - Se por qualquer motivo a Comissão não se reunir, o participante deverá cumprir suspensão automática prevista nos regulamentos das competições ou neste Código, caso a sua equipe atue antes que o atleta seja julgado.

CAPÍTULO VII DO RECURSO DE PARTICIPANTES E EQUIPES

Art. 36 - Poderá recorrer ao Conselho de Julgamento em 2ª Instância, o participante ou equipe que tiver sido punido em primeira instância pela CJ ou através de ato administrativo proferido pela Comissão de Competições.

a - com pena de eliminação da competição;

b - com pena de suspensão acima de 90 (noventa) dias;

c - em caso de pena máxima aplicada sem que tenha havido unanimidade de votos, exceção ao Art. 75;

d - em caso da inobservância do Art. 30;

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

e - equipes que forem apenadas por perda de pontos quando de julgamento em primeira instância, ou através de ato administrativo proferido pela Comissão de Competições.

Art. 37 - O recurso será formulado em petição escrita, destinado ao Presidente do Conselho de Julgamento em 2ª Instância e entregue na Secretaria do Clube, ou através de e-mail (apcefma@apcefma.org.br; esporte@apcefma.org.br) no horário limite das 17 (dezessete) horas, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, a partir do ato de publicação do resultado.

Art. 38 - É proibida a interposição de recursos por procuradores de participantes, salvo se o recorrente encontrar-se impedido por motivo de força maior, devidamente comprovado, ou se menor de 18 (dezoito) anos, caso em que deverá ser assistido pelo seu responsável.

Art. 39 - O Presidente da Comissão de Julgamento submeterá o recurso, de ofício, ao exame do Conselho de 2ª Instância, no prazo de 96 (noventa e seis) horas, a contar da data de entrada do recurso na Secretaria, quando indicará o nome de um dos membros da Comissão de Julgamento para fazer a defesa da sentença proferida na sessão em 1ª Instância.

Art. 40 - De posse do recurso, o Presidente do Conselho de Julgamento em 2ª Instância, convocará as partes envolvidas, para se fazerem presentes ao julgamento, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data marcada.

CAPÍTULO VIII DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 41 - A Comissão de Julgamento em 2ª Instância é a instância máxima para apreciar e julgar toda e qualquer infração decorrente das atividades de esportes e lazer por ela promovidas, sendo sua decisão final irrecorrível.

Art. 42 - Devidamente instruído, o Conselho de Julgamento deverá reunir-se em sessão ordinária ou extraordinária para julgamento do recurso.

Art. 43 - Se por motivo de força maior o Conselho não se reunir, deverá o julgamento ser adiado para a próxima sessão ordinária ou, dependendo da gravidade da infração, relevância ou urgência do processo o Presidente convocará sessão extraordinária dentro de até 72 (setenta e duas) horas, a contar da sessão adiada.

Art. 44 - Nos recursos para 2ª Instância não será admitida a produção de novas provas.

Art. 45 - Ao resultado do julgamento em 2ª Instância não caberá nenhuma apelação, devendo a sentença final ser declarada bastante suficiente e irrecorrível.

CAPÍTULO IX

**CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO
APCEF/MA
DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE**

Art. 46 - Extingue-se a punibilidade:

- a - pela morte do infrator;
- b - pela prescrição ou decadência;
- c - pelo cumprimento da pena.

Art. 47 - Prescreve a ação em 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do fato.

Art. 48 - A condenação prescreve em 01 (um) ano, quando não executada, a contar da data em que transitou em julgado a decisão.

Art. 49 - Ocorre a decadência quando a parte não exerce o direito de queixa no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ocorrência do ato ou conhecimento do fato que lhe deu causa.

Art. 50 - Interrompe-se a prescrição:

- a - pelo recebimento de denúncia ou queixa;
- b - pela decisão condenatória.

Art. 51 - Interrompida a prescrição, todo o prazo começa a correr, do dia da interrupção.

**CAPÍTULO X
DA PENA E DA SUA APLICAÇÃO**

Art. 52 - As penalidades serão aplicadas, em primeira instância, pela Comissão de Julgamento ou pela Comissão de Competições, no caso de ato administrativo e, em segunda instância, pela Comissão do Conselho Administrativo quando praticadas infrações por participantes ou pessoas envolvidas nas atividades esportivas promovidas pela APCEF/MA na forma do Art. 3º.

Art. 53 - As infrações disciplinares previstas neste Código correspondem às seguintes penas:

- a - Advertência verbal;
- b - Advertência por escrito;
- c - Suspensão por jogo;
- d - Suspensão por prazo;
- e - Suspensão automática;
- f - Eliminação da competição.

Parágrafo Primeiro - As penas de advertências serão utilizadas somente em circunstâncias especiais, quando a Comissão visar impor apenas uma pena pedagógica, no sentido de alertar participantes que tenham cometido infrações leves e sejam detentores de bons antecedentes disciplinares.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Segundo - Toda suspensão impede e priva o punido de participar de quaisquer partidas, de ter acesso a recintos reservados à realização de jogos desta organização, nos dias de jogos e nos limites da área de jogo, até o efetivo cumprimento da pena, excetuando o que rege o Parágrafo Primeiro do Art. 53 do RGC. Incorrendo o infrator na penalidade prevista neste artigo do CDE, conduzirá a equipe a que pertence a este enquadramento.

Parágrafo Terceiro - Considera-se recintos reservados à realização de jogos e nos limites da área de jogo, as áreas destinadas aos árbitros, às áreas que circundam os limites da quadra/campo, e/ou as áreas descritas no Art. 53 do RGC.

Art. 54 - A suspensão por jogo será cumprida na mesma competição, campeonato ou torneio em que se verificou a infração.

Parágrafo Único - Quando a suspensão não puder ser cumprida na mesma competição, campeonato ou torneio, o seu cumprimento dar-se-á na próxima competição da APCEF/MA, em qualquer modalidade e que o atleta esteja escrito.

Art. 55 - As penas de suspensão por prazo privam o punido de qualquer atividade esportiva inclusive de frequentar os locais usados para prática do esporte do qual tenha sido suspenso.

Art. 56 - Quando houver concurso de infrações as penas serão aplicadas cumulativamente.

Art. 57 - A Comissão de Julgamento em 1ª e 2ª Instância, na fixação das penas estabelecidas entre limites mínimos e máximos levará em conta a gravidade da infração, a maior ou menor extensão do dano, os meios empregados, os motivos determinados, os antecedentes desportivos e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 58 - São circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam a infração:

- a - Ter sido praticada com o concurso de outrem;
- b - Ter o infrator, de qualquer modo, concorrido para a prática de infração mais grave;
- c - Ser o infrator membro da Diretoria da APCEF/MA;
- d - Ser o infrator reincidente;
- e - Ser o infrator representante de equipe;
- f - Ser o infrator participante convidado, considerando a relevância do ato praticado naquilo que couber o agravamento da pena;
- g - Ser o infrator convidado, considerando a relevância do ato praticado naquilo que couber o agravamento da pena.

Parágrafo Primeiro - Verifica-se a reincidência quando o infrator comete nova infração depois de transitada em julgado a decisão que o haja punido anteriormente.

Parágrafo Segundo - Deverá ser desconsiderada a reincidência se decorrer 360 (trezentos e sessenta) dias do cometimento da infração ou da execução da pena anterior.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Art. 59 - São circunstâncias que atenuam a pena:

a - Ter sido a infração cometida em afronta a grave ofensa moral;

b - Não ter o infrator sofrido qualquer pena nos 360 (trezentos e sessenta) dias imediatamente anteriores a data do julgamento em primeira instância.

Art. 60 - A pena jamais poderá ultrapassar o máximo previsto para a infração praticada.

Art. 61 - A punição prevista no Art. 65 será cumprida após a comprovação da infração pela Tesouraria do Clube.

Art. 62 - Pune-se a tentativa com a pena de infração consumada, reduzida da metade.

CAPÍTULO XI DAS INFRAÇÕES DAS PESSOAS

Art. 63 - Praticar agressão física por fato ligado ao desporto:

I - contra árbitro ou auxiliar ou contra pessoa vinculada à entidade de administração do desporto ou da prática desportiva.

Pena - suspensão de 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) dias.

II - contra pessoa vinculada a Comissão do Conselho de Administração, a Comissão de Competições e a Comissão de Julgamento.

Pena - suspensão de 120 (cento e vinte) a 180 (cento e oitenta) dias.

CAPÍTULO XII DAS INFRAÇÕES DOS PARTICIPANTES

Art. 64 – Expulsão do campo por aplicação do 2º cartão amarelo na mesma partida.

Pena – suspensão automática de 01 (um) jogo.

Art. 65 – Disputar jogos do campeonato estando em débito com a Tesouraria da Associação.

Pena – suspensão de 02 (dois) jogos.

Parágrafo Único – No caso da Equipe, que seu participante atuou em situação de débito junto a Associação.

Pena - perda dos pontos da partida que serão repassados para a equipe adversária, tanto em caso de vitória ou empate da equipe infratora, além da perda de 03(três) pontos na classificação geral.

Art. 66 - Proceder deslealmente, sob a luz do CBJD, durante o jogo.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Pena - suspensão de 01 (um) a 04 (quatro) partidas, se praticada por participantes associados.

Art. 67 - Praticar ato de hostilidade ou tentar agredir fisicamente atletas adversários ou companheiros, técnicos ou representantes de equipes, mesários, árbitros, organizadores dos campeonatos, associados da APCEF/MA e público presente durante a partida ou até uma hora após seu encerramento.

Pena:

I - suspensão de 01 (um) a 04 (quatro) jogos quando se tratar de tentativa de agressão na disputa da bola.

II - suspensão de 02 (dois) a 06 (seis) jogos quando se tratar de tentativa de agressão fora da disputa da bola.

Art. 68 - Desrespeitar ou reclamar por quaisquer gestos ou palavras.

a - Contra os envolvidos no campeonato, conforme Paragrafo Segundo do Art. 1º do RGC.

Pena - suspensão de 01 (um) a 04 (quatro) jogos.

b - Contra decisões da comissão de arbitragem.

Pena - suspensão de 02 (dois) a 04 (quatro) jogos.

c - Se o gesto feito pelo participante for obsceno.

Pena - suspensão de 03 (três) a 08 (oito) jogos.

Art. 69 - Praticar jogada violenta.

Pena - suspensão de 02 (dois) a 06 (seis) jogos.

Art. 70 - Cuspir em outrem.

Pena - suspensão de 03 (três) a 10 (dez) partidas, se praticada por participantes associados.

Parágrafo Único. Se a ação for praticada contra comissão de arbitragem, a pena será de suspensão 05 (cinco) a de 15 (quinze) partidas.

Art. 71 - Provocar o público durante, antes e depois do jogo.

Pena - suspensão de 02 (duas) a 06 (seis) partidas, se praticada por participantes associados.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Único: Se a ação for praticada na forma de gestos obscenos, a pena será de suspensão de 04 (quatro) a 10 (dez) partidas.

Art. 72 - Invadir local destinado à equipe de arbitragem, ou o local da partida, prova ou equivalente, durante sua realização, inclusive no intervalo regulamentar.

Pena - suspensão de 01 (uma) a 03 (três) partidas, se praticada por participantes associados.

Parágrafo Primeiro: É facultado ao órgão julgante substituir a pena de suspensão pela de advertência se a infração for de pequena gravidade.

Parágrafo Segundo: Considera-se invasão o ingresso nos locais mencionados no caput sem a necessária autorização.

Art. 73 – Não se aplica.

Art. 74 - Ofender moralmente participantes adversários ou companheiros, comissão de arbitragem, coordenação da competição, suporte técnico e dirigentes da APCEF/MA.

Pena - suspensão de 02 (dois) a 08 (oito) jogos.

Art. 75 - Participar de rixa, conflito ou tumulto, durante a partida.

Pena - suspensão de 02 (dois) a 10 (dez) jogos, sem prejuízo das penalidades previstas no Estatuto da APCEF/MA, podendo atingir até a eliminação do infrator.

Parágrafo Único - A equipe cujo(s) participante (s) tenha(m) provocado(s) a rixa, conflito ou tumulto, perderá os pontos da partida caso esteja vencendo ou em situação de empate, em favor do adversário.

Art. 76 - Desistir de disputar partida após o início, abandonando o jogo, simulando contusão, demonstrando desinteresse nas jogadas, impedindo o prosseguimento e regular término da partida.

Pena - suspensão de 30 (trinta) a 90 (noventa) dias.

Art. 77 - Manifestar-se de forma desrespeitosa ou ofensiva contra atos ou decisões da Comissão de Julgamento em 1ª e 2ª Instância.

Pena - suspensão de 30 (trinta) a 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 78 - Praticar agressão física contra participantes adversários ou companheiros, comissão de arbitragem, coordenação da competição, suporte técnico e dirigentes da APCEF/MA.

Pena - suspensão de 60 (sessenta) a 180 (cento e oitenta) dias ou eliminação da competição.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Parágrafo Primeiro - Se a agressão resultar lesão corporal grave, a pena de suspensão será de 120 (cento e vinte) a 360 (trezentos e sessenta) dias.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de participante não associado, o mesmo será excluído do campeonato por três anos, sendo proibida sua entrada nas dependências da APCEF/MA.

Art. 79 - Entrar na justiça comum contra atos ou decisões da Comissão de Competições ou do Conselho de Julgamento em 1ª e 2ª Instância.

Pena - Eliminação dos Campeonatos até que se tenha manifestação judicial.

Art. 80 - Participar do jogo ou presença dentro do campo de participante cumprindo pena de suspensão, automática ou não.

Pena: duplicação da pena original, sem prejuízo de novo enquadramento no Código Disciplinar Desportivo, para o infrator; e no caso da participação efetiva na partida, perda de jogo pelo placar de 1 a 0 mantendo o resultado no caso da vitória de outra equipe.

Art. 81 - Nos campeonatos internos de qualquer modalidade promovidos pela associação, qualquer participante punido com cartão vermelho será suspenso automaticamente por 01 (um) jogo.

Art. 82 - A punição com cartão vermelho será cumulativa para a mesma competição e quando do recebimento do segundo cartão recebido, a pena será acrescida de 03 (três) jogos, sendo que estes serão acrescidos à penalidade aplicada pela Comissão de Julgamento e será eliminado definitivamente da competição caso venha a receber o terceiro cartão vermelho na mesma competição.

Parágrafo Único - Caso o participante punido com cartão vermelho não possa cumprir a pena na competição em que ocorrer a expulsão, a suspensão se estenderá para competição seguinte de qualquer modalidade em que o atleta esteja escrito.

Art. 83 - Para os participantes punidos com o número máximo de cartões amarelos cumulativos, estipulados nos regulamentos das competições internas a suspensão será conforme consta no Regulamento Geral de Competições. A contagem será interrompida ao final da competição de cada modalidade.

Art. 84 - Será considerada falta gravíssima a falsificação no todo ou em parte documentos públicos ou particulares, a omissão de declarações que neles deveriam constar, inserir ou fazer inserir falsa declaração ou apresentar documentação de outras pessoas.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Pena: desclassificação do participante do torneio ou campeonato e perda dos pontos da partida. Caso fique comprovada a participação da equipe, através de seu (s) representante (s) ou demais participantes, a equipe será desclassificada da disputa, sem prejuízo das penalidades previstas no Estatuto da APCEF/MA.

CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES DA EQUIPE

Art. 85 – O não comparecimento da equipe no jogo no horário apazado, com número inferior ao mínimo de jogadores, conforme regra, devidamente uniformizados e identificados, respeitando-se um prazo máximo de 15 minutos cronometrados pelo árbitro, designado para a primeira partida do dia.

Parágrafo Primeiro - Da segunda partida em diante (inclusive) da mesma rodada e no mesmo campo/quadra de jogo, não haverá tolerância.

Pena: Será configurado o W.O.

Art. 86 – Abandono de jogo de forma deliberada, após este ter se iniciado e antes do seu término pelo árbitro, observando que rege o Art. 46 do RGC.

Pena: Será configurado o W.O.. O representante ou capitão da equipe infratora identificado na súmula será punido com suspensão automática de 02 (dois) jogos, ficando sujeito a outras penalidades aplicadas pela Comissão Disciplinar em função de conduta antidesportiva.

Art. 87 – Prática de atos de agressão, invasão de campo ou atitudes antidesportivas por parte de parentes e/ou convidados dos participantes, durante os jogos ou até uma hora, antes ou após a partida.

Pena: o processo terá seu encaminhamento normal, contudo a penalidade será aplicada e cumprida por este participante, sem prejuízo da primariedade deste. Caso a identificação do infrator não seja possível toda a equipe estará sujeita ao enquadramento no artigo específico, com sua respectiva penalidade.

Art. 88 – Equipe com número inferior ao mínimo de jogadores, conforme regra, por motivo de contusão ou aplicação de cartões disciplinares.

Parágrafo Único – No caso de contusão o árbitro deverá aguardar a recuperação do atleta por 10(dez) minutos e se após este período o jogador ainda não estiver em condições de jogo, dará a partida por encerrada, sendo a equipe enquadrada no caput deste artigo, observando que rege o Art. 46 do RGC.

Pena: perda do jogo pelo placar de 01 x 00 se a equipe infratora estiver vencendo ou empatando. Se a equipe estiver perdendo o jogo no momento da suspensão do mesmo, o placar será mantido.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Art. 89 – Se ambas as equipes ficarem reduzidas a menos jogadores que o número mínimo permitido pelas regras do futebol society ou futsal, por motivo de contusão ou aplicações de cartões disciplinares.

Pena: Ambas as equipes serão declaradas perdedoras pelo placar de 01x 00.

Art. 90 – Comprovado a situação irregular de uma equipe, através de ato administrativo ou após o seu julgamento.

Pena: perda de 03 (três) pontos da partida que serão repassados para a equipe adversária, tanto em caso de vitória ou empate da equipe infratora, além da perda de 03 (três) pontos na classificação geral.

Parágrafo Primeiro – Participante será suspenso pela quantidade de jogos que o atuou acrescido de uma partida.

Parágrafo Segundo – A equipe no qual o jogador profissional tenha atuado, perderá os pontos ganhos nas partidas em que o profissional atuou acrescidos de 03 pontos na tabela de classificação.

Art.91 – Remunerar seus participantes, excluindo os participantes convidados.

Pena: perda de 02 (dois) pontos por punição na fase em disputa quando ocorrer o fato.

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS À DISPUTA DAS PARTIDAS

Art.92 - Praticar ato discriminatório, desdenhoso ou ultrajante, relacionado a preconceito em razão de origem étnica, raça, sexo, cor, idade, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência.

Pena:

- suspensão de (04) quatro a (10) dez partidas, se praticada por participantes associados.
- perda de 01 (um) ponto na tabela de classificação na fase em disputa e os 03 (três) pontos da partida realizada, se praticada por torcida uniformizada ou não.

DAS INFRAÇÕES CONTRA A ÉTICA DESPORTIVA

Art.93 - Que habilite participante a obter condição de jogo, inscrição, ou qualquer vantagem indevida.

Pena: suspensão de 04 (quatro) a 12 (doze) partidas.

Parágrafo Único - Se a ação for praticada de forma consciente e de má fé o participante poderá ser excluído do campeonato.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Art.94 - Usar, em atividade desportiva, como própria, qualquer documento de identidade de outrem ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiros.

Pena: suspensão de 03 (três) a 10 (dez) partidas.

Art.95 - Dar ou prometer qualquer vantagem a comissão de arbitragem para que influa no resultado da partida, prova ou equivalente.

Pena - eliminação do campeonato.

Parágrafo Único. Na mesma pena incorrerá:

I - o intermediário;

II - os membros da comissão de arbitragem que aceitarem a vantagem.

Art.96 - Atuar, de forma contrária à ética desportiva, com o fim de influenciar o resultado de partida.

Pena - suspensão de 05 (cinco) a 10 (dez) partidas, se praticada por participante associados.

Art.97 - Incitar publicamente o ódio ou a violência.

Pena:

- suspensão de (04) quatro a (10) dez partidas, se praticada por participante associados.

- perda de 01 (um) a 03 (três) pontos na tabela de classificação, se praticada por membro de torcida uniformizada ou não.

Parágrafo Único: Quando a manifestação for feita por meio da Internet ou qualquer meio eletrônico, ou for praticado dentro ou nas proximidades quadra/campo em que for realizada a partida, o infrator poderá sofrer, além da suspensão por partida uma suspensão por prazo de 90 (noventa) dias dependendo da gravidade do fato publicado.

DAS INFRAÇÕES RELATIVAS ÀS COMPETIÇÕES E À JUSTIÇA DESPORTIVA

Art.98 - Impedir o prosseguimento de partida que estiver disputando, por insuficiência numérica intencional de seus jogadores ou por qualquer outra forma.

Pena: Perda dos pontos em disputa a favor do adversário, na forma do regulamento.

Art. 99 - Dar causa ao atraso do início da realização de partida ou deixar de apresentar a sua equipe em campo/quadra até a hora marcada para o início ou reinício da partida.

Pena: perda dos pontos em disputa a favor do adversário, ou W.O., na forma do regulamento.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Art. 100 - A torcida uniformizada ou não que causar a desordem, invasão ou lançamento de objetos e prejuízo ao andamento do jogo.

Pena - caso seja comprovada uma das infrações acima a torcida levará a sua equipe a perder 01 (um) ponto na tabela de classificação na fase em disputa e os 03 (três) pontos da partida realizada serão repassados em favor da equipe adversária, em caso de empate ou vitória desta. Os envolvidos serão julgados, quando for o caso, na forma do RGC ou CDE.

Parágrafo Primeiro - Caso a desordem, invasão ou lançamento de objeto sejam feitos por ambas as equipes, estas serão punidas, conforme artigo supracitado.

Parágrafo Segundo - A comprovação da identificação dos autores da desordem, invasão ou lançamento de objetos, confirma a equipe a sua responsabilidade, sendo também admissíveis outros meios de prova suficientes para demonstrar a existência de responsabilidade.

Art.101 - Desrespeitar a comissão de arbitragem do jogo, demais participantes ou qualquer membro da coordenação da competição e suporte técnico ao longo de uma partida, antes de seu início e/ou após o seu término, com palavrões, palavras de baixo calão e também exibirem gestos obscenos estando como participantes do campeonato ou na condição de torcedores.

Pena:

- suspensão de (04) quatro a (10) dez partidas, se praticada por participantes associados.
- suspensão de (04) quatro a (10) dez partidas, se praticada por participante na condição de torcedor.
- perda de 01 (um) ponto na tabela de classificação na fase em disputa e os 03 (três) pontos da partida realizada, se praticada por torcida uniformizada ou não.

Art.102 – Comprovado o descumprimento do Parágrafo Terceiro do Art. 30 do RGC.

Pena:

- suspensão do representante pelo mesmo prazo do jogador, até que esse possa iniciar suas práticas esportivas.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 103 – As disposições deste Código aplicam-se às modalidades futebol society e futsal.

Art.104 - Este Código entrará imediatamente em vigor após a data da sua homologação pela Comissão de Competições e Comissão do Conselho de Administração da APCEF/MA.

Art.105 - Revogam-se as disposições contrárias.

CÓDIGO DISCIPLINAR ESPORTIVO APCEF/MA

Art.106 - Os casos omissos a este CDE, serão julgados pela Comissão de Julgamento ou no caso de recursos pela Comissão de 2ª Instância, obedecendo ao Estatuto da APCEF/MA, ao Regimento Interno, ao Regulamento Geral de Competição, ao Código de Disciplina Esportivo, as regras oficiais do Futebol Soçaito e FUTSAL e ao CBJD - Código Brasileiro de Justiça Desportiva, nesta ordem.

São Luís (MA), 10 de fevereiro de 2022.

Eusébio Silva Soares Filho
DIRETOR DE ESPORTES E LAZER

Jorge Nascimento Cordeiro
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Giselle Maria Araújo Lima de Menezes
PRESIDENTE APCEF/MA